



## CÂMARA MUNICIPAL DE CARMO DO PARANAÍBA

Rua Pref. Ismael Furtado nº 335 - Centro  
E-mail: [camara@cmcp.mg.gov.br](mailto:camara@cmcp.mg.gov.br) Site: [www.cmcp.mg.gov.br](http://www.cmcp.mg.gov.br)  
Telefax: 0xx 34 3851-2150 / 3851-3366

CEP: 38.840-000 - Carmo do Paranaíba - MG.

COMISSÃO ESPECIAL, NOMEADA PELA PORTARIA Nº 46, 03 DE OUTUBRO DE 2019, PARA EMITIR PARECER SOBRE O VETO PARCIAL DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 683/2019, DE AUTORIA DA MESA DIRETORA, ORIGINÁRIA DO PROJETO DE LEI Nº 30/2019, DE AUTORIA DO VEREADOR ALBERT DÊNIS REIS DA SILVA QUE *"AUTORIZA A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE A DESENVOLVER CAMPANHA DE COMBATE À PRÁTICA DO ABORTO CRIMINOSO E SUAS CONSEQUÊNCIAS PENAIS, BEM COMO A PREVENÇÃO DE GRAVIDEZ INDESEJADA NO MUNICÍPIO DE CARMO DO PARANAÍBA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"*.

**PARECER PARA DISCUSSÃO ÚNICA, DA MENSAGEM DE VETO Nº 02, DE 06 DE SETEMBRO DE 2019**, de autoria da Mesa Diretora, originária do Projeto de Lei nº 30/2019, supracitado, que foi enviada a esta Comissão para análise e mérito.

**RELATORA:** Vereadora Siomar Rodrigues Ferreira

**RELATÓRIO:** A Comissão Especial, nomeada pela Portaria nº 46, de 03 de outubro de 2019, após receber a cópia da Mensagem de Veto nº 02, de 06 de setembro de 2019, de autoria do chefe do Poder Executivo, vetando parcialmente a **Proposição de Lei nº 683/2019**, de autoria da Mesa Diretora, originária do *"Projeto de Lei nº 307/2019"*, de autoria do vereador Albert Reis, que *"Autoriza a Secretaria Municipal de Saúde a desenvolver campanha de combate a prática do aborto criminoso e suas consequências penais, bem como a prevenção de gravidez indesejada e da outras providências"*.

**MÉRITO:** Ao apresentar o relatório supramencionado, esta Comissão informa aos demais parlamentares desta Casa de Leis, que o chefe do Poder Executivo pode vetar qualquer proposição aprovada em Plenário, de autoria da Mesa Diretora, de Comissões ou de qualquer Vereador que seja enviada à sansão – já que o veto está previsto nos §§ 1º e 4º do Art. 80, da Lei Orgânica Municipal.

O Poder Executivo vetou o Art. 6º da Proposição de Lei nº 683, de 29 de agosto de 2019, supracitada, tendo em vista que originou de iniciativa do Poder Legislativo da **esfera municipal**, e que envolveu em matéria de direito penal. O artigo 6º da Proposição de Lei 683/2019, versa sobre matéria de direito penal, com efeito de condenação, que é de competência legislativa privativa, neste caso, da União, em conformidade com o Art. 22, inciso I da Constituição Federal. "Compete a União legislar sobre: Direito civil, penal e processual".

Considerando que a supressão do Artigo 6º da Proposição de Lei 683/2019, não prejudica a realização das campanhas preventivas, que deverão ser realizadas da mesma forma e com caráter preventivo, entendemos que não prejudica o conteúdo da Proposição supra citada.

**CONCLUSÃO:** Diante da exposição de motivos, esta Comissão opina-se pela **MANUTENÇÃO TOTAL DO VETO À PROPOSIÇÃO DE LEI Nº 683/2019**, originária do Projeto de Lei nº 30/2019, de autoria do vereador Albert Dênis Reis da Silva.

Sala das Sessões, 08 de outubro de 2019.

**Presidente:** Vereador João Vaz de Oliveira.

**Relatora:** Vereadora Siomar Rodrigues Ferreira.

**Membro:** Vereador Julio Cesar Moraes Gontijo.